Consulta Pública ERSE n.º 132

PROPOSTA DE PDIRG 2025 - Plano Decenal Indicativo de
Desenvolvimento e Investimento na RNTIAT2026-2035

20 DE JUNHO DE 2025

FLOENE

BEIRAGÁS | DIANAGÁS | DURIENSEGÁS | LISBOAGÁS | LUSITANIAGÁS |
MEDIGÁS | PAXGÁS | SETGÁS | TAGUSGÁS

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	2
2. INTRODUÇÃO.....	2
3. RESPOSTAS A QUESTÕES CONSTANTES DO DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO.....	3

1. ENQUADRAMENTO

A ERSE lançou, no passado dia 6 de maio de 2025, a Consulta Pública n.º 132, relativa ao plano decenal indicativo de desenvolvimento e investimento da rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL (RNTIAT) para o período 2026-2035 (PDIRG 2025), enviado à ERSE pelo REN Gasodutos, enquanto Operador da Rede Nacional de Transporte de Gás (RNTG).

Desta forma, a Floene, em representação das suas empresas reguladas da atividade de distribuição gás, apresenta os seus comentários ao presente exercício de consulta, abordando a importância de considerar a descarbonização da rede de gás como parte integrante do panorama da transição energética em Portugal.

2. INTRODUÇÃO

No âmbito da Consulta Pública n.º 132 promovida pela ERSE sobre a relativa ao plano decenal indicativo de desenvolvimento e investimento da rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL (RNTIAT) para o período 2026-2035 (PDIRG 2025), enviado à ERSE pelo REN Gasodutos, enquanto Operador da Rede Nacional de Transporte de Gás (RNTG), a Floene como representante de 9 operadores de rede de distribuição de gás destaca a relevância do vetor gás no processo de descarbonização e transição energética, em coerência com os objetivos nacionais e europeus para a neutralidade carbónica.

O PDIRG 2025 traduz uma abordagem alinhada com o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040, integrando um conjunto de investimentos que reforçam a resiliência do sistema energético e a preparação das infraestruturas para a transição para gases renováveis. Destacam-se, de forma positiva, os projetos de adaptação da Rede Nacional de Transporte de Gás (RNTG) e do Armazenamento Subterrâneo (AS) a misturas de gás natural e hidrogénio até 10% em volume, bem como os investimentos em pontos de receção de biometano, com especial enfoque na região do Alentejo, que detém elevado potencial de produção sustentável.

Estes investimentos, devidamente calendarizados e quantificados, materializam uma visão estratégica que assegura a utilização eficiente das infraestruturas existentes, a redução de custos de transição para os consumidores e a salvaguarda da segurança de abastecimento — aspetos cruciais para garantir uma transição energética efetivamente justa, inclusiva e tecnicamente robusta.

Existe, desta forma, um compromisso com uma transição energética que valorize a complementaridade dos diferentes vetores energéticos, incluindo o gás natural e os gases

renováveis, maximizando o valor dos ativos existentes, garantindo que o caminho para a neutralidade carbónica seja trilhado com pragmatismo, rigor técnico e responsabilidade para com os consumidores, os agentes económicos e a sociedade em geral.

A Floene reitera o seu compromisso com a transição energética e a descarbonização das redes de gás, manifestando disponibilidade para colaborar com as entidades reguladoras e os demais operadores na definição de soluções técnicas, económicas e regulatórias que promovam a integração eficiente e sustentável do biometano no sistema energético nacional.

3. RESPOSTA A QUESTÕES CONSTANTES DO DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO

3.1. Questão 1: Considera adequada a proposta de PDIRG 2025 em termos de Projetos Base? Como avalia o crescimento do valor médio a investir, face ao histórico de entradas em exploração nos últimos anos?

A Floene considera que a proposta apresentada no PDIRG 2025 é alinhada com os objetivos de descarbonização do país, nomeadamente nos desígnios do PNEC aprovado no ano transato. Os projetos base refletem uma necessidade forte de preparar as infraestruturas de Gás para a transição energética, permitindo também captar todo o potencial endógeno. A Floene entende também que este investimento deve sempre ser feito de forma estrutural no Sistema Nacional de Gás, e, como tal, estar alinhado com a modernização e adequação da rede de distribuição.

3.2. Questão 2: Relativamente ao conjunto de Projetos Base, para os quais é solicitada a emissão de DFI, e em particular os investimentos a concretizar em cada infraestrutura:

a. Concorde que todos os projetos são de natureza urgente e indispensáveis para a manutenção da atividade da RNTIAT, não podendo ser adiada a decisão de emissão DFI?

b. Caso não concorde, quais os investimentos que considera não serem urgentes e indispensáveis?

Os projetos indicados como base, e em que é solicitada a DFI, são fundamentais para assegurar a transição das atuais redes de gás, veiculando gás natural, para redes neutras em carbono, com gases renováveis. Para assegurar a descarbonização das redes, é necessário assegurar investimento nas mesmas, que, quando não executado a tempo, irá aumentar as necessidades

futuras de investimento. É, portanto, crucial garantir com brevidade que os investimentos são aprovados e não adiados, evitando sobrecargas económicas no futuro.

Adicionalmente, numa perspetiva sistémica, a regularidade de investimento contribui para a redução de riscos de segurança e operação, bem como para uma perspetiva de estabilidade tarifária. Será adequado manter níveis e projetos de investimento que contribuam para a gestão integrada da infraestrutura, seja na dimensão de modernização, seja no seu impacto direto ou indireto na operação.

3.3. Questão 3: Face aos dados apresentados, concorda com o pedido de emissão de DFI para o projeto de construção da 4.ª baía de enchimento de cisternas no TGNL?

A emissão de DFI para a construção da 4ª baía de enchimento, reflete as necessidades do atual SNG, evidenciado também pelo aumento das cisternas carregadas e da percentagem de utilização do terminal. Criará também a redundância necessária no futuro, face a qualquer evento que obrigue a uma qualquer alteração no normal fluxo de enchimento de cisternas, assegurando a sustentabilidade do mercado e garantindo a segurança de abastecimento. É, portanto, necessário considerar a sua importância no atual contexto, para que a decisão possa ser tomada com brevidade.

3.4. Questão 4: Como avalia os investimentos apresentados para a adaptação da RNTIAT a 10% de mistura de hidrogénio?

Tendo Portugal a ambição de alcançar as metas de incorporação de hidrogénio no SNG, os investimentos necessários à adaptação de infraestrutura para receberem o hidrogénio renovável, serão sempre um ponto de extrema importância para que se alcancem os desígnios nacionais. Importa desenvolver estudos e projetos piloto que permitam aferir com um maior detalhe os investimentos necessários e cruciais para tal, não deixando, no entanto, cair no obsoleto de não conseguirmos captar o potencial produtivo de Portugal. Como tal, a Floene vê os investimentos para a adaptação ao Hidrogénio do SNG como fundamentais para a descarbonização do mesmo.

As infraestruturas públicas, como é o caso da RPG, devem ser colocadas ao serviço da economia do país, orientadas para a criação de valor nos diversos setores de atividade. A modernidade e flexibilidade das redes de gás nacionais são características fundamentais para criar condições que contribuam para a viabilização de projetos de H2 de diferentes configurações. Desde logo, a configuração e dimensão de projetos destinados à injeção na infraestrutura nacional de gás deve ser

garantida pelos operadores, contribuindo para a viabilização do investimento privado (a custos controlados), contribuição para as metas de descarbonização nacionais e otimização da infraestrutura nacional.

No PDIRG 2025 apresentado, a REN refere que *“Relativamente ao projeto da 3.ª interligação entre Portugal e Espanha (atualmente designado como projeto “CELZA”), o mesmo não foi considerado neste estudo uma vez que está a ser desenvolvido num propósito de utilização para transporte exclusivo de hidrogénio renovável, considerando os objetivos associados ao Green Energy Corridor acordado entre os Governos de Portugal, Espanha e França, onde o mesmo será inserido.”* A Floene destaca a necessidade de ficar garantido o fornecimento da concessão do ORD Beiragás pela rede de transporte, salvaguardando as adequadas condições de fornecimento aos atuais consumidores e futuros.

3.5. Questão 5: Como avalia as consequências e as necessidades de adaptação dos clientes, quando consumirem 10% de mistura de hidrogénio?

A Floene, como maior operador da rede de distribuição de gás, realizou já um projeto piloto em que canalizou uma mistura de Gás Natural e Hidrogénio verde na sua rede, abastecendo no total mais de 80 clientes, residenciais, serviços e indústrias. Adicionalmente, está em fase de conclusão um projeto comercial de maior escala na zona de Rio Maior, que permitirá abastecer mais de 14.000 consumidores daquela região. A Floene tem acompanhado o desenvolvimento deste projeto de forma muito próxima, na perspetiva de operador de infraestrutura que receberá o H2, aproveitando para desenvolver uma metodologia de abordagem a estes projetos que permite a standardização de alguns processos – pela sua similaridade com a larga maioria dos projetos futuros com estas configurações. Desde logo, em virtude da distinta dimensão com especial impacto no número de consumidores a descarbonizar, a Floene desenvolveu um plano de comunicação (i) integrado que permite informar devidamente os consumidores da região sobre o projeto e a nova energia, especialmente os consumidores industriais que possuem finalidades de consumo específicas e que devem ter uma especial atenção, como também (ii) agregadora, no sentido em que enquadra de forma coordenada com as responsabilidades do ORD, as ações necessárias por parte de entidades como a ERSE e DGEG, com quem a Floene já teve oportunidade de partilhar o trabalho desenvolvido. Estes projetos vão requerer dos operadores um conjunto de novas iniciativas de comunicação e interação com consumidores, que deverá ser devidamente apreciada pela ERSE no sentido de garantir a sua elegibilidade para os custos aceites, na medida em que visam fortemente a qualidade de serviço e informação ao consumidor final.

De um ponto de vista técnico, e de acordo com a literatura, como se comprovou durante a operação do projeto do Seixal, a mistura de até 10% de hidrogénio não deverá ter impacto significativo naqueles consumidores. Ainda assim, a Floene considera que poderá haver necessidade de avaliação para aplicações específicas, nomeadamente industriais, e para as quais deverão ser estudadas as opções que assegurem que a energia canalizada para os consumidores finais não representa qualquer problema no consumo. Desse modo, será sempre recomendável que sejam desenvolvidos testes e estudos, pelos próprios consumidores, no sentido de aferir a adequabilidade da sua instalação de consumo.

Idealmente, sem prejuízo de algum apoio ou orientação que venha a ser consagrada no papel dos operadores, este processo terá de ser efetuado por cada instalação de consumo e pelo proprietário, na medida em que a aquisição e processos de manutenção dos equipamentos estão sob a responsabilidade deste.

3.6. Questão 7: Como avalia a perspetiva da instalação de produção de biometano no Alentejo associada a uma capacidade de 1,1 TWh/ano?

Questão 8: Como avalia os dois investimentos apresentados para a receção de biometano, nomeadamente quanto à sua localização e quanto aos diversos “modelos” de negócio que se podem antecipar para o efeito?

A localização em Monforte é estratégica para agregar a produção do Alentejo (1,1 TWh/ano) e mitigar limitações das redes locais. O gasoduto até Évora potencia sinergias regionais, captando um significativo potencial produtivo regional. A possibilidade de descarbonizar totalmente uma das maiores cidades do interior e escoar todo o biometano remanescente produzido, é, naturalmente, uma grande mais-valia para o projeto.

A Floene manifesta concordância com a abordagem a este projeto constante na proposta de PDIRG 2025 para a integração do biometano na RNTG, reconhecendo o alinhamento com o Plano de Ação para o Biometano e a relevância dos projetos para potenciar a produção nacional, especialmente na região do Alentejo. Consideramos positiva a aposta em soluções alternativas à ligação direta aos produtores, como a estação piloto de descarga de gás comprimido e o transporte por camião, que poderão viabilizar a integração de volumes significativos de biometano. Projetos como este permitirão captar o potencial endógeno do país, e como tal contribuir para a independência energética, valorizando cadeias de valor locais e promovendo uma economia circular.

Em particular e sem prejuízo das necessárias avaliações referidas pelo ORT, a solução proposta é um exemplo de integração de um novo vetor energético com uma infraestrutura pública que permite conciliar interesses públicos e privados, económicos, sociais e ambientais. Adicionalmente, o processo de descarbonização da economia, como qualquer outra iniciativa nacional, deve promover a coesão territorial e respeitar os princípios de não discriminação, pelo que a solução técnica proposta se revela adequada e enquadrada nestas dimensões.

3.7. Questão 9: Considera que os cenários da evolução da procura na proposta de PDIRG 2025 são razoáveis?

Questão 10: Considera que estes cenários estão alinhados com a política energética de descarbonização prospetivada para o horizonte do plano?

Os cenários de procura de gás têm sido amplamente discutidos e condicionados por força de uma incoerente e ilógica pressão e comunicação para uma acentuada eletrificação defendida por algumas entidades.

Sobre esta matéria, a Floene não pode deixar de manifestar a sua preocupação sobre o enquadramento do gás (renovável) na matriz energética futura, especialmente na forma como é considerado nos documentos de política energética nacional. Este enquadramento não permite o devido reconhecimento a um ativo existente, bem como àquele que foi um importante contribuinte para a descarbonização da economia que se iniciou no período 2000-2005, em que uma parte muito significativa de combustíveis muito poluentes foram substituídos pelo gás natural. A Floene entende que a fase seguinte do processo deve passar por uma estratégia integrada que permita dar continuidade ao contributo da RPG, através da incorporação de renováveis numa tendência de redução progressiva de emissões.

Portugal beneficia de condições técnicas, geográficas e económicas para desenvolver uma estratégia de neutralidade carbónica adequada às suas especificidades. Esta adequação requer uma abordagem que estimule o consumo dos diferentes vetores energéticos com a proporcionalidade adequada ao retorno que se espera de cada um deles. Nesse sentido, é fundamental proporcionar uma visão clara à sociedade dos benefícios inerentes a cada vetor energético, deixando espaço para que as decisões de consumo sejam tomadas de forma consciente e devidamente informada, evitando desinformação ou desconhecimento que podem resultar em opções energéticas que só vão agravar os índices de pobreza energética nacionais, nomeadamente pela pressão de mudança de consumidores de gás para a eletricidade. Este conteúdo e forma de comunicação são determinantes

para a elaboração de previsões de consumo, como é o caso do RMSA-G, que são depois utilizadas para cálculo do esforço de recuperação dos encargos associados aos investimentos.

A Floene defende uma transição energética orientada para a neutralidade carbónica, devidamente ponderada por critérios de racionalidade económica para o país e para as famílias, com a especial preocupação com o desproporcional custo-benefício de promoção de um vetor energético em detrimento de outro, sempre que tal signifique impactos tarifários negativos nos utilizadores de uma dessas infraestruturas. No caso concreto, Portugal necessita e necessitará da infraestrutura de gás nas próximas décadas com uma estrutura tarifária equilibrada, que permita acomodar os necessários encargos resultantes do processo de adaptação aos gases renováveis, promoção de novas cadeias de valor e concretização das metas energéticas nacionais.

Concretamente, no que respeita às metas de descarbonização definidas, nomeadamente no que ao biometano diz respeito, focando no aumento de produção e descarbonizando as redes de gás com maior celeridade, em linha com os objetivos traçados no PAB – 9% de substituição no ano de 2030 – superior ao valor de 8,4TWh em 2035, a Floene que o país reúne as condições para tal, e que esse será um dos pontos fulcrais para a neutralidade carbónica do país.

Adicionalmente, o princípio de economia circular que define o setor do biometano possibilita uma alavancagem deste vetor a partir de vários setores da economia nacional. Poderá existir um efeito combinado de iniciativas que, na sua globalidade, se integram e concorrem para o mesmo efeito de “*ramp-up*” dos gases renováveis.

Como nota final, importa ter claro que uma descarbonização balanceada através da eletrificação e de gases renováveis será significativamente mais rápida e económica do que uma descarbonização assente, essencialmente, na opção elétrica.

3.8. Questão 11: Considera que os investimentos propostos no PDIRG 2025 são coerentes com os cenários de evolução da procura total apresentados na proposta do PDIRG 2025?

Questão 12: Considera que os investimentos propostos no PDIRG 2025 são coerentes com os cenários de procura de hidrogénio e metano renováveis?

A Floene considera que, em traços gerais, os projetos propostos estão em linha com as necessidades atuais do país em termos da procura de gases renováveis esperada. Considera, no entanto, que a ambição de incorporação de gases renováveis, particularmente biometano, não deve ser uma meta estática, mas sim dinâmica (no sentido de poder ser mais ambiciosa) e sendo este uma molécula igual à do metano convencional – leia-se, gás natural – acredita a Floene que a capacidade de

descarbonização é muito mais eficiente e célere, pois um pequeno investimento, poderá traduzir-se numa aceleração da descarbonização da economia.

Adicionalmente, o exercício de implementação do PAB que está em curso, onde se inclui o grupo de trabalho promovido pela ERSE, poderá permitir um rápido desenvolvimento de iniciativas e mecanismos que visem o rápido desenvolvimento destes projetos de biometano. A Floene acredita que a definição do enquadramento legal e regulatório com regras claras para a cadeia de valor, vão conferir ao setor previsibilidade e estabilidade, contribuindo para o aumento do investimento privado e público na implementação de projetos atuais e novos.